INTERAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E LEGISLAÇÃO LABORAL

Autor(res)

Flávia Rodrigues Cantagalli
Isabela Braga De Carvalho Alves
Gabriel Yohan Lima Cordeiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Este estudo propõe uma análise da interconexão entre a sustentabilidade corporativa e a legislação laboral, enfocando sua sinergia para o aprimoramento das condições laborais e o avanço socioeconômico. Destaca-se a relevância de um ambiente de trabalho sustentável não apenas para o bem-estar dos colaboradores, mas também para o fortalecimento dos princípios de dignidade humana, essenciais para a evolução da sociedade. No entanto, observa-se uma discrepância entre a normativa legal e sua aplicabilidade efetiva, influenciada por propostas de flexibilização dos direitos laborais e precarização das relações laborais. Diante disso, torna-se imperativo o resguardo dos direitos sociais fundamentais, como a proteção à honra, à imagem e à integridade.

Objetivo

Este estudo busca analisar a sustentabilidade corporativa e seu impacto nas relações laborais e sociais, destacando a importância de políticas alinhadas à legislação para abordar a falta de efetivação dos direitos laborais e como a inadequação das diretrizes existentes amplifica essa problemática.

Material e Métodos

A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica criteriosa, abrangendo diversas fontes como artigos científicos, teses, monografias, dissertações e obras especializadas sobre o tema em questão. Além disso, utiliza-se o método de pesquisa hermenêutica para interpretar os textos e propor soluções práticas para os desafios identificados. Adicionalmente, emprega-se o método hipotético indutivo para uma análise observacional da linguagem, visando identificar obstáculos e oportunidades para o aprimoramento das práticas empresariais.

Resultados e Discussão

Conforme salientado por Maria Celina Bodin de Moraes (Apud MINARDI, 2010, p. 96), "o princípio da dignidade da pessoa humana é o fundamento axiológico do Estado Democrático de Direito e da ordem global baseada nos direitos humanos". Assim, para estabelecer uma relação sustentável entre o sistema econômico e os trabalhadores, faz-se necessário a incorporação dos direitos sociais nas relações de trabalho. Nesse contexto, a sustentabilidade corporativa busca abordar uma ampla gama de desafios, visando atender às necessidades

empresariais com responsabilidade social. Destaca-se a importância da conscientização coletiva, mesmo dentro do contexto capitalista, influenciando as práticas empresariais em direção a um modelo mais equitativo e sustentável.

Conclusão

A cidadania plena depende do acesso digno ao trabalho, não apenas para garantir a subsistência, mas também para fortalecer a identidade individual e coletiva. Portanto, as corporações devem equilibrar lucro e respeito aos direitos sociais, agindo conforme a Constituição e promovendo a justiça social. Essa abordagem holística, que prioriza o bem-estar coletivo sobre os interesses individuais, é essencial para uma sociedade mais justa e sustentável.

Referências

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015.2010.

CASSAR, Vólia Bomfim. Direito Do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Método, 2015. p. 145

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Ltr, 2005

LOURENÇO, Alex Guimarães e SCHRÖDER, Deborah de Souza. Vale investir em responsabilidade social empresarial? Stakeholders, ganhos e perdas. In: BROCANELLI, Noelma (Org.). Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades. v. II. São Paulo: Peirópolis, Instituto Ethos, 2003.

MINARDI, Fabio Freitas. Meio ambiente do trabalho: proteção jurídica à saúde mental. Curitiba: Juruá, 2010

MACHADO, Sidnei. O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil: os desafios para a construção de uma racionalidade normativa. São Paulo: LTr, 2001.